

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

PARA VELHAS PERGUNTAS, NOVAS E MELHORES RESPOSTAS

André J. Abath

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3257>

Submetido em: 2021-12-03

Postado em: 2021-12-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PARA VELHAS PERGUNTAS, NOVAS E MELHORES RESPOSTAS: DA ENGENHARIA CONCEITUAL AO APRIMORAMENTO EROTÉTICO¹

André J. Abath²

Este artigo faz parte de um projeto da Trans/Form/Ação: revista de filosofia da Unesp. Trata-se do Dossiê Filosofia Autoral, a ser publicado em 2022.

Resumo: Neste artigo, apresento uma posição a que chamo de *aprimoramento erotético*, segundo a qual devemos avaliar e, eventualmente, aprimorar nossas respostas a perguntas da forma “O que é *x*?”. Tal posição é oferecida enquanto alternativa à ideia—por vezes chamada de *engenharia conceitual*—segundo a qual devemos avaliar e, eventualmente, buscar uma melhoria de nossos conceitos.

Palavras-chave: aprimoramento erotético; engenharia conceitual; conceitos; projetos de melhoria.

For Old Questions, New and Better Answers: From Conceptual Engineering to Erotetic Amelioration

Abstract: In this paper, I present a position that I call *erotetic amelioration*, according to which we must evaluate and, eventually, improve our answers to questions of the form “What is *x*?”. Such a position is offered as an alternative to the idea—sometimes called *conceptual engineering*—according to which we should evaluate and, eventually, seek to improve our concepts.

Keywords: erotetic amelioration; conceptual engineering; concepts; projects of amelioration.

Introdução

Nos últimos anos, várias pessoas na filosofia voltaram sua atenção para o estudo da avaliação e melhoria de nossos conceitos, à luz de certos objetivos. Haslanger (2000, p.33) coloca bem a ideia:

Nessa abordagem, a tarefa não é explicar nossos conceitos comuns; nem é investigar a espécie (*kind*) que podemos ou não estar rastreando com nosso aparato conceitual cotidiano; em vez disso, começamos considerando mais amplamente a pragmática de nosso discurso que emprega os termos em questão. Qual é o sentido de ter esses conceitos? Que tarefa cognitiva ou prática eles nos capacitam (ou deveriam nos capacitar) a realizar? Eles são ferramentas eficazes para cumprir nossos propósitos (legítimos); se não, quais conceitos serviriam melhor a esses propósitos?³

¹ O presente artigo é uma tradução e adaptação de um dos capítulos do livro “Knowing What Things Are: An Erotetic Account” (em preparação). Esta pesquisa é financiada pelo CNPq, projeto número 311596/2019-3.

² Docente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG – Brasil ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4747-5938>. E-mail: ajabath@ufmg.br.

³ Todas as traduções neste artigo são de minha responsabilidade.

A ideia, então, é que não devemos apenas compreender ou analisar os conceitos que possuímos. Devemos perguntar se esses conceitos são ferramentas eficazes para cumprir metas importantes que temos. Por exemplo, uma de nossas metas é—ou pelo menos deveria ser—a promoção da justiça social. Alguns de nossos conceitos, como o conceito de raça ou conceitos de gênero, devem servir como ferramentas que nos possam ser de auxílio no alcance desse objetivo. Mas, para isso, esses conceitos podem ter que ser melhorados. Assim, Haslanger (2000, 2006, 2012) defende a visão de que o conceito de mulher, por exemplo, deve ser aprimorado para que possa ser uma ferramenta eficaz na luta contra o sexismo e a opressão.

O campo de pesquisa em que questões nessa vizinhança vem sendo debatidas aparece sob diferentes nomes: engenharia conceitual (SCHARP, 2013; EKLUND, 2017; CAPPELEN, 2018; CHALMERS, 2020), projetos de melhoria (HASLANGER, 2006, 2012; DIÁZ-LEON, 2020), ou ética conceitual (BURGESS & PLANKETT, 2013a, 2013b). Neste artigo, busco introduzir uma nova posição nesse campo, a que chamarei de *aprimoramento erotético*. A grosso modo, a ideia é oferecer uma posição na qual melhorias sejam pensadas não em termos da avaliação e aprimoramento de conceitos, mas sim em termos da avaliação e busca por aprimoramento de nossas respostas a perguntas da forma “O que é x ?” (por exemplo, “O que é o casamento?”).

Na seção 1, apresento algumas das visões discutidas no campo da engenharia conceitual (projetos de melhoria, ou ética conceitual). Na seção 2, enfatizo como essas visões variam em suas suposições básicas sobre o que conceitos são, e sugiro que a discordância aqui pode atrapalhar o progresso no campo. Na seção 3, apresento a visão do aprimoramento erotético. Também discuto como essa visão pode lidar com um desafio frequentemente levantado nesse campo, o da preservação de tópico. Na seção 4, discuto o Quadro da Austeridade de Cappelen (2018), e argumento que a visão apresentada neste artigo tem uma vantagem importante em relação a essa posição.

1 Engenharia Conceitual

Um número considerável de filósofas e filósofos vêm desenvolvendo projetos semelhantes ao de Haslanger, considerado acima, embora com rótulos diferentes e, às vezes, com objetivos diferentes que aquele da justiça social em mente. Scharp (2013), por exemplo, argumenta que nosso conceito

comum de verdade é defeituoso; envolve inconsistências, que, por sua vez, levam a paradoxos, como o paradoxo do mentiroso. Para evitar esses paradoxos e progredir na obtenção de uma semântica para a linguagem natural, devemos substituir o conceito comum de verdade por outros conceitos, de forma que tais inconsistências sejam dissipadas. Scharp considera seu projeto como sendo um de *engenharia conceitual*. Recentemente, ele apresentou o projeto da seguinte forma:

Acho que a engenharia conceitual está mudando ativamente alguns aspectos de nossos conceitos—eliminando os ruins, decidindo quais devemos usar e qual palavra deve expressá-los ... A ideia de engenharia conceitual é, realmente, a de termos um papel ativo em relação ao nosso esquema conceitual e mudá-lo quando se encontram defeitos nesses conceitos (SCHARP, 2020, p.396-397).

A partir desta breve apresentação, deve estar claro que Haslanger e Scharp têm objetivos diferentes em mente—Haslanger está engajada em um trabalho teórico que busca facilitar a justiça social, enquanto Sharp está engajado em um projeto que visa pavimentar o caminho para uma semântica para a linguagem natural—, mas há uma preocupação em comum aqui: ambos estão engajados em um projeto de avaliar e melhorar conceitos que são considerados defeituosos, atendendo a determinados objetivos. Essa preocupação envolve uma dimensão normativa: Haslanger e Scharp estão procurando encontrar os conceitos que *devemos* usar em nossas relações com o mundo. Assim, não é impróprio dizer que estão engajados em um projeto de *ética conceitual*, para usar a expressão introduzida por Burgess e Plunkett (2013a, 2013b).

A terminologia pode ser confusa aqui—com as expressões "engenharia conceitual", "melhoria" (ou "projetos de melhoria") e "ética conceitual" muitas vezes usadas de forma intercambiável⁴—, então, para os propósitos desta seção, falarei apenas de *engenharia conceitual*—mais adiante, ao apresentar minha própria posição, falarei de *aprimoramento erotético*. Por engenharia conceitual, entenderei, grosso modo, o projeto de avaliação e eventual melhoria de nossos conceitos. Mas isso deve ser tomado de forma ampla, como envolvendo diferentes possibilidades de melhoria: substituir certos conceitos por outros, mudar o conteúdo dos conceitos, eliminar conceitos, e outras formas de "termos um papel ativo em relação ao nosso esquema conceitual", como colocado por Scharp na passagem acima. A ideia de engenharia aqui é útil por sugerir que devemos nos preocupar não apenas em avaliar nossos conceitos e apresentar ideias para melhorá-los; como sugerido por pessoas como Cappelen (2018), Burgess e Plunkett (2020) e Chalmers (2020), devemos levar em conta a implementação desses projetos de

⁴ Para obter sugestões sobre como usar a terminologia neste campo, ver Burgess e Plunkett (2020).

melhoria—como na engenharia, onde a preocupação não deve ser apenas com a elaboração e reelaboração de projetos, mas também com sua implementação no mundo real.⁵ Conforme colocado por Burgess e Plunkett (2020, p.5), a implementação conceitual

envolve uma espécie de advocacia, na qual se tenta fazer com que algumas pessoas (variando de um indivíduo solitário a uma grande população) realmente adotem e usem os conceitos que alguém defende. Em outras palavras, isso envolve uma tentativa de implementação real das mudanças conceituais que se pensa que devem ser feitas[...]

Assim, se alguém pensa que os conceitos de gênero e raça devem ser aprimorados e propõe uma maneira de fazê-lo, como Haslanger (2000, 2006, 2012), é uma parte importante do projeto que as pessoas—e aqui podemos pensar em um grande população e, talvez mais importante, em pessoas que ocupam certos papéis institucionais—possam chegar a usar esses conceitos em sua versão melhorada. Como fazer com que as pessoas façam isso é certamente uma questão complicada, mas o sucesso da engenharia conceitual parece depender, pelo menos até certo ponto, do sucesso de seu estágio de implementação. Portanto, as visões sobre como melhorar os conceitos devem abrir espaço para implementações bem-sucedidas.

2 Conceitos

Até o momento, introduzi a ideia de engenharia conceitual sem falar sobre o que conceitos são. Na verdade, não há consenso no campo da engenharia conceitual sobre o que são essas entidades (se é que conceitos são entidades) que devem ser melhoradas. Isso não é surpreendente. Conceitos são ferramentas filosóficas—e psicológicas—notoriamente elusivas. O desacordo na literatura no que tange à ontologia de conceitos, por exemplo, é generalizado: alguns consideram que conceitos são objetos abstratos (PEACOCKE, 1992; ZALTA, 2001), enquanto outros os tomam como representações mentais (a visão dominante na filosofia da psicologia e da própria psicologia), e outros ainda os tomam como habilidades de algum tipo (DUMMETT, 1993; MILLIKAN, 2000), ou itens linguísticos (JOHNSTON & LESLIE, 2012).⁶ Em psicologia, onde os conceitos são tomados principalmente como representações mentais, também abunda a discordância sobre qual é a estrutura dessas representações—se são estruturadas, por exemplo, em termos de protótipos,

⁵ Sobre a analogia com a engenharia, diz Chalmers (2020) “Você projeta uma ponte, você implementa uma ponte, você avalia a ponte para ver se está indo bem. Se a avaliação não for positiva, você projeta alguns reparos e os implementa. E assim por diante. Você também vê algo assim na engenharia de software. Você projeta um programa, implementa o programa, avalia o programa e assim por diante, em um círculo contínuo” (2020:3).

⁶ Para uma introdução esclarecedora a essas visões, ver Laurence e Margolis (1999).

exemplares ou teorias.⁷ Além do mais, recentemente, Machery (2009) defendeu que conceitos, no fim das contas, não são espécies naturais (*natural kinds*), e que devem ser eliminados enquanto entidades teóricas na psicologia.

Diante de tal desacordo, era de se esperar que várias posições acerca do que conceitos são estivessem disponíveis na literatura sobre engenharia conceitual. Isso é, de fato, o que ocorre. Ontologicamente, essas visões estão inseridas no leque de opções que acabamos de considerar: em tal literatura, ou conceitos são tomados como objetos abstratos de algum tipo (como significados), ou como representações mentais, ou como capacidades, ou ainda como itens linguísticos. Mais especificamente, no campo da engenharia conceitual, os conceitos às vezes são tomados como: significados dos termos (PLUNKETT, 2015), representações mentais que são constituintes dos pensamentos (SAWYER, 2020), representações mentais com conteúdos duais (KOCH, 2020), corpos de informações sobre um referente armazenados na memória de longo prazo (ISAAC, 2020), entidades linguísticas (BRUN, 2016), capacidades para acessar partições do espaço lógico (HASLANGER, 2020a), para citar algumas das posições recentemente apresentadas na literatura. Conforme colocado por Haslanger (2020b), essas diferentes suposições básicas sobre o que os conceitos são tornam o campo da engenharia conceitual confuso.⁸ Penso que pelo menos parte da confusão aqui decorre do fato de que, dadas essas várias visões sobre conceitos, não há acordo quando se trata do que, afinal, deve ser melhorado. Devemos melhorar significados, representações mentais, itens linguísticos ou capacidades para acessar partições do espaço lógico (para citar algumas das opções disponíveis)? Claro, pode ser necessário melhorar vários desses itens de uma só vez, independentemente de serem chamados de “conceitos”, ou não. Isso significaria que o campo da engenharia conceitual não é unificado—no sentido de que quem trabalha na área não busca melhorar um único item, mas itens diferentes. Isso não precisa ser um problema. Temos um problema se a falta de acordo quando se trata de suposições básicas—especialmente no que diz respeito ao que conceitos são—venha a impedir o tipo de progresso que aqueles que trabalham na engenharia conceitual almejam, seja o progresso na justiça social, em fornecer uma semântica para a linguagem natural, ou alguma outra forma de progresso. Uma maneira pela qual a discordância

⁷ Fodor (1998) é uma voz dissonante aqui, ao defender que conceitos são representações mentais atômicas, desprovidas de estrutura.

⁸ Em suas palavras, “os debates sobre a possibilidade de engenharia conceitual são confusos, no entanto, porque as partes da discussão começam com posições muito diferentes acerca de conceitos, do significado, do conteúdo e da metodologia filosófica de fundo” (HASLANGER, 2020b, p.235).

a esse respeito poderia levar a um resultado tão indesejado seria em caso de termos uma dificuldade de comunicação entre as pessoas envolvidas na pesquisa em engenharia conceitual, uma vez que as suas suposições de fundo podem diferir consideravelmente.

Essas são difíceis questões metateóricas, e não tentarei argumentar aqui que o campo da engenharia conceitual está em maus lençóis devido a divergências sobre a noção de conceito. Com as observações acima, quero apenas enfatizar que essas divergências podem impedir o progresso na área. Se assim for, uma posição que evite falar sobre conceitos e que aborde as principais preocupações que aqueles que trabalham na área possuem—e, assim, evite o desacordo generalizado sobre o que conceitos são— pode facilitar a comunicação entre aqueles que nela trabalham, e permitir um maior progresso quando se trata de atingir os objetivos da engenharia conceitual. O que proponho fazer a seguir é apresentar uma tal posição, a que chamo de *aprimoramento erotético*. Começo discutindo alguns posições de Haslanger, uma vez que a visão que defenderei aqui busca fazer justiça ao que considero alguns seus importantes *insights*.

3 Aprimoramento Erotético

Haslanger (2000, 2006) distingue três formas diferentes de se responder a questões da forma “O que é x ?”. A primeira é o que se toma mais tradicionalmente como sendo um projeto de análise conceitual. Aqui, em um primeiro momento, reformula-se uma questão com essa forma em termos dos nossos conceitos— “Qual é o nosso conceito de conhecimento?”, por exemplo. Em seguida, tenta-se responder à nova pergunta a partir do uso de métodos *a priori*. Isso poderia ser uma questão de—verificadas nossas intuições a respeito de vários casos—desvendarmos as condições necessárias e suficientes para algo ser x —para termos um caso de conhecimento, por exemplo. Mas também poderia ser uma questão de buscarmos uma descrição do papel desempenhado pelo conceito em nossas teorias do senso comum sobre o assunto em questão—tal como uma descrição do papel desempenhado pelo conceito de conhecimento em nossas teorias epistêmicas do senso comum. A segunda maneira de se responder a perguntas da forma “O que é x ?” —denominada por Haslanger como a *abordagem descritiva*, e exemplificada pelo trabalho de filósofos como Kripke (1980) e Putnam (1975)—sugere que uma resposta a tal questão deve apresentar uma propriedade P que é essencial de x , uma propriedade que x possui em todos os mundos possíveis, e que é identificada não pelo uso de métodos *a priori*, mas por pesquisas científicas sobre o assunto. Por exemplo, se a pergunta em causa for “O que é água?”, a resposta adequada é “Água é H_2O ”.

A terceira maneira de se responder a perguntas da forma "O que é x ?" —nomeada por Haslanger (2006) de *projetos de melhoria* (*ameliorative projects*)— é descrita por ela da seguinte forma:

Os projetos de melhoria, ao contrário, começam perguntando: Qual é o sentido de se ter o conceito em questão; por exemplo, por que temos um conceito de conhecimento ou um conceito de crença? Qual conceito (se houver) funcionaria melhor? No caso limite, um conceito teórico é introduzido pela estipulação do significado de um novo termo, e seu conteúdo é determinado inteiramente pelo papel que desempenha na teoria. Se permitirmos que nossos vocabulários cotidianos sirvam a propósitos cognitivos e práticos que podem ser bem servidos por nossa teorização, então aqueles que buscam uma abordagem de melhoria podem razoavelmente se apresentar como fornecendo uma explicação de nosso conceito—ou talvez do conceito que estamos buscando—melhorando nossos recursos conceituais para servir aos nossos propósitos (examinados criticamente)[...](HASLANGER, 2006, p. 95-6).

Haslanger mudou um pouco sua compreensão dos projetos de melhoria ao longo dos anos, e a passagem acima revela algumas dessas mudanças. Em um trabalho anterior—"Gender and Race: "(What) Are They? (What) Do We Want Them to Be?" (2000)—sua abordagem dos projetos de melhoria (então chamada de *abordagem analítica*) é mais explicitamente revisionista: "Minha prioridade nesta investigação não é capturar o que queremos dizer, mas como podemos revisar de forma útil o que queremos dizer para certos propósitos teóricos e políticos" (2000, p.34). Então, quando se trata do conceito de mulher, a ideia seria que, ao introduzirmos uma definição melhorada do conceito, estaríamos revisando o conceito de mulher; ou, para ser mais preciso, estaríamos mudando o conteúdo do conceito, com o objetivo de combater o sexismo e a opressão.⁹

A posição de Haslanger (2006) sobre a melhoria, no entanto, é menos revisionista quando se trata do conteúdo de conceitos como os de gênero e raça.¹⁰ A ideia agora é que as definições propostas em seus trabalhos anteriores são melhor vistas como nos permitindo entender melhor o conteúdo de nossos conceitos. Deixe-me examinar esse posição em um pouco mais de detalhe, pois será importante para a visão que estou prestes a apresentar. A base teórica de Haslanger aqui é o externismo semântico aplicado ao conteúdo dos conceitos. É bem sabido que, de acordo com o tipo de externismo semântico desenvolvido por Putnam (1975), um termo de espécie natural, como "água", tem seu significado—ou valor semântico—parcialmente determinado por fatos

⁹ A definição sugerida por Haslanger para o conceito de mulher, em uma das suas versões, é a seguinte: "S é uma mulher se e somente S é sistematicamente subordinada ao longo de alguma dimensão (econômica, política, legal, social, etc.) e S é 'marcada' como um alvo para este tratamento por características corporais observadas ou imaginadas, presumidas como evidências do papel biológico de uma mulher na reprodução" (HASLANGER, 2000, p. 39)

¹⁰ Para uma excelente discussão, ver Saul (2006). Para uma contextualização dessas diferentes visões, ver Haslanger (2020a).

relativos ao nosso ambiente. Dado que água é H₂O—uma descoberta científica a respeito da natureza da espécie—e que a referência de termos de espécie natural é fixada pela ostensão de um paradigma, “água” se refere a H₂O. Aplicada a conceitos, a visão é que o conceito de água tem como extensão H₂O, de forma que o conteúdo do conceito é, pelo menos parte, determinado por fatos relativos ao nosso meio ambiente. Burge (1979) estende o externismo semântico ao domínio social, pois, de acordo com sua posição, o conteúdo de nossos conceitos pode ser determinado não apenas por fatos relativos ao nosso ambiente, mas também por fatos relativos à comunidade linguística de que fazemos parte. Mais especificamente, a ideia é que o conteúdo de um conceito, como o de artrite, é parcialmente determinado pelo uso linguístico padrão. Se, em nossa comunidade, “artrite” captura uma enfermidade que atinge apenas as articulações e não os músculos, faz parte do conteúdo expresso pelo termo—o conceito de artrite—que assim seja. O conteúdo dos conceitos é então parcialmente determinado por fatos sobre como nossos termos são caracterizados— ou usados—em uma dada comunidade linguística.

De acordo com o externismo semântico, pode-se possuir o conceito de água sem que se saiba que água é H₂O, ou pode-se possuir o conceito de artrite sem que se saiba que é uma doença que aflige apenas as articulações—pode-se, portanto, possuir conceitos que são apenas parcialmente compreendidos (BURGE, 1979).¹¹ Suponha que Joaquim está nesta posição, sem saber que a água é H₂O e que a artrite é uma doença que atinge apenas as articulações—apesar disso, ele pode possuir os conceitos de água e artrite, mas sua compreensão desses será inevitavelmente parcial. Quando Joaquim passa a saber que a água é H₂O, e que a artrite afeta apenas as articulações, ele passa a entender melhor o conteúdo dos conceitos de água e artrite. Ou seja, ele passa a ter um melhor entendimento de conceitos que já possuía.

Haslanger (2006, p.106) acredita que “os *insights* externistas devem ser aplicados ao nosso pensamento e linguagem sobre o social, bem como o natural”. Teóricos sociais investigam o mundo social, e um tópico central de interesse aqui é o estudo de espécies (ou categorias)¹² que podem ser plausivelmente consideradas como sociais, bem como conceitos que capturam essas espécies, como conceitos de gênero e o conceito de raça.¹³ Quando os teóricos sociais investigam

¹¹ Em Abath (2020), defendo que a ideia de Burge de uma compreensão parcial de conceitos é melhor entendida em termos do conhecimento parcial do que as coisas são.

¹² Usarei as expressões “espécies sociais” e “categorias sociais” intercambiavelmente.

¹³ Para os presentes propósitos, considero uma espécie como sendo social se comunidades sociais/linguísticas forem necessárias para que passe a existir. Veja Baker (2019) para uma caracterização semelhante, mas focada em propriedades sociais.

esses conceitos, podem ajudar a esclarecer seu conteúdo (HASLANGER, 2012, p.5). Assim como ocorre com conceitos para espécies naturais, podemos não apenas estar inconscientes de aspectos do conteúdo de nossos conceitos para categorias sociais, mas também podemos ter crenças equivocadas a respeito desses conteúdos. Segundo Haslanger, isso é de se esperar: “A falha de compreensão que o teórico social pretende corrigir não é uma falta que apenas alguns de nós temos; trata-se de parte do que é ser um agente comum, vivendo em uma cultura em cujas práticas nos engajamos, muitas vezes ‘sem pensar’, assim como falamos nossa língua nativa” (HASLANGER, 2012, p.16).

Portanto, a visão de Haslanger aqui é de que as definições de raça e gênero que ela propõe podem ser vistas como parte de um projeto de teoria social que nos revela melhor o que a raça e os gêneros são. Essa investigação revelaria aspectos do conteúdo de nossos conceitos de raça e gênero. O foco aqui, portanto, não é tanto em mudar o conteúdo desses conceitos—como parece ser o caso em Haslanger (2000)—mas em esclarecer (e assim nos ajudar a ter uma melhor compreensão) desses conteúdos. O paralelo com a investigação sobre espécies naturais e sobre os conceitos que as capturam é claro. Ao descobrir que a água é H_2O , a investigação científica revela melhor o que a água é, e, ao fazê-lo, revela aspectos do conteúdo do nosso conceito de água e, assim, nos ajuda a ter uma melhor compreensão do conteúdo do conceito. Claro, existem diferenças substanciais entre esses projetos. Que as espécies naturais sejam reais e as espécies sociais não o sejam, contudo, não é uma delas, pois “as espécies sociais não são menos reais por serem sociais” (HASLANGER, 2012, p.15). Existem diferenças que decorrem imediatamente de uma investigação ser focada em aspectos naturais do mundo, e outra ser focada em seus aspectos sociais. Essas diferenças não precisam ser listadas. Mas deve-se notar que a investigação científica sobre as propriedades químicas subjacentes à água pode ser vista como não tendo nenhum objetivo além de revelar qual é a natureza física da água. A investigação na teoria social procura revelar o que espécies sociais são, tendo a justiça social em mente (Haslanger, 2012, p.15).

Meu objetivo aqui não é discutir se a extensão de Haslanger do externismo semântico para o conteúdo de conceitos para espécies sociais é bem-sucedida ou não. Independentemente das mudanças nas visões de Haslanger, projetos de melhoria, segundo ela, devem ser vistos como uma maneira de responder a perguntas da forma “o que é x ?” —uma maneira de fazê-lo que difere da análise conceitual tradicional e das abordagens descritivas. Acredito que ela está certa nesse ponto,

e que esse é um *insight* importante, que deve ser preservado. Assumirei que ela também está certa ao pensar que a teoria social desempenha um papel em relação às categorias sociais que é semelhante ao papel desempenhado pela ciência natural em relação às espécies naturais: o papel de fornecer uma melhor compreensão do que as espécies em jogo são. Assim, a teoria social nos ajuda a entender melhor o que são categorias sociais, como categorias de gênero e raça, assim como a química e a física nos ajudam a entender melhor o que a água é. Esse também é um *insight* importante, e que deve ser preservado. No entanto, ambos os *insights* de Haslanger podem ser preservados em uma teoria que não considera a melhoria como uma questão de melhorar conceitos—quer entendamos a melhoria conceitual como sendo mais ou menos revisionária. Uma maneira alternativa e natural de fazer justiça aos *insights* de Haslanger pode ser introduzida nos seguintes termos: em um projeto de melhoria, devemos avaliar e, eventualmente, buscar melhorar nossas respostas a perguntas da forma "O que é x ". Esse é um primeiro passo na introdução da visão que eu gostaria de chamar de *aprimoramento erotético*.

O aprimoramento erotético ocorre em várias etapas—e nisso se assemelha à engenharia conceitual. Em primeiro lugar, avaliamos se uma resposta a uma pergunta da forma "O que é x ?" é boa. Em segundo lugar, caso a resposta dada não seja boa, é proposto um aprimoramento, ou seja, é proposta uma resposta diferente e aprimorada. Em terceiro lugar, embora esta etapa não conste na caracterização da visão introduzida acima, a implementação também deve ser levada em consideração. É importante que os sujeitos estejam dispostos a dar as respostas propostas—caso sejam de fato respostas melhores. Isso pode ser uma questão de convencer os sujeitos de que as respostas propostas são de fato melhores do que as anteriores.

Bem, tendo chegado a este ponto, precisamos identificar o que constitui uma boa resposta a uma pergunta da forma "O que é x ". Em primeiro lugar, parece claro que uma boa resposta a uma pergunta dessa forma deve ser uma resposta *verdadeira*. Por exemplo, na medida em que a estrutura química da água é H_2O , a pergunta "O que é a água?" não pode ser adequadamente respondida por "Água é XYZ", ou "Água é CO_2 ".¹⁴ Contudo, a verdade de uma resposta a uma pergunta da forma "O que é x ?" não constitui condição suficiente para que tenhamos uma *boa* resposta. Vejamos por quê. Considere os diálogos abaixo, apresentados por Parent (2014, p.84) e adaptados de Ginzburg (1995, p.465):

¹⁴ Forneço acima exemplos de respostas claramente falsas à pergunta "O que é água?", mas é, porém, contencioso que respostas a essa pergunta podem ser consideradas verdadeiras. Para discussão, ver Schroeter & Schroeter (2015).

(1) a. Contexto: Lúcia prestes a descer do avião em Joanesburgo.

b. Comissário de bordo: Você sabe onde está?

c. Lúcia: Joanesburgo.

(2) a. Contexto: Lúcia prestes a sair do táxi em Joanesburgo.

b. Taxista: Você sabe onde está?

c. Lúcia: Joanesburgo.

Aqui, a mesma afirmação—“Joanesburgo”—é proferida em resposta a uma mesma interrogação — “Você sabe onde está?”. No entanto, parece que, ao contrário de (1c), (2c) não conta como uma resposta boa ou adequada à pergunta feita no contexto. Por quê? Bem, parece que a resposta dada em (2c), embora verdadeira, fornece o tipo errado de informação. Afinal, ao proferir (2b), o taxista não parece estar buscando informações sobre se sua passageira sabe em que cidade se encontra. Em vez disso, ele está provavelmente procurando obter informações sobre se sua passageira sabe onde está *em Joanesburgo*—em que bairro ou rua, por exemplo. Assim, a informação fornecida por (2c) não é aquela que o taxista está buscando ao proferir (2b). Ela falha em abordar os propósitos do inquisidor ao fazer a pergunta; ou seja, falha em atender ao objetivo da investigação do inquisidor. Trata-se, portanto, de uma resposta que, embora verdadeira, não é adequada, ou boa.

Diante disso, gostaria de sugerir que uma boa resposta a uma pergunta—seja ela da forma “O que é x ?” ou não—é uma resposta que, além de verdadeira, aborda os objetivos da investigação do inquisidor. Ou seja, é uma resposta que, além de verdadeira, atende aos propósitos do inquisidor ao fazer sua pergunta. É exatamente o que ocorre com a resposta dada em (1c).

Como, então, pensar o aprimoramento erotético, dada essa maneira de entender as exigências postas para termos boas respostas a perguntas da forma “O que é x ?”. Ilustremos a posição com um exemplo. Muitos dos casos paradigmáticos na literatura sobre engenharia conceitual dizem respeito a disputas na sociedade—bem como entre aqueles que investigam tais questões—sobre se certas respostas a perguntas da forma “O que é x ?” são boas ou não. Considere, por exemplo, a pergunta “O que é o casamento?”, e imagine que Marcos, um conservador, esteja disposto a respondê-la da seguinte forma:

(3) Casamento é a união legal ou formalmente reconhecida de um homem e uma mulher como parceiros em um relacionamento interpessoal.

Um projeto de aprimoramento erotético aplicado a este caso envolve uma tentativa de avaliar e buscar aprimorar nossas respostas à pergunta “O que é o casamento?”. O projeto pode ser colocado em prática da seguinte maneira. Como primeiro passo, (3) pode ser considerado como uma má resposta à pergunta em causa—como acreditam os grupos progressistas da sociedade. E aqui a ideia é que (3) deve ser tomada como uma má resposta simplesmente por ser *falsa*. Afinal, expressa uma visão sobre o que é o casamento que, dadas as suas implicações institucionais, impede casais do mesmo sexo de participarem desse tipo de relação. Temos, portanto, um caso claro de injustiça social. Como segundo passo, é proposta uma melhor resposta à questão em causa, uma resposta que melhor revele o que o casamento é, tendo em vista o objetivo de promover a justiça social. Assim, podemos propor (4):

(4) Casamento é a união legal ou formalmente reconhecida de duas pessoas como parceiras em um relacionamento interpessoal.

Digamos que (4) é uma resposta aprimorada à questão do que é o casamento. Em seguida, passamos à etapa de implementação do projeto de aprimoramento erotético. É preciso que se busque que falantes estejam dispostos a proferir (4) como uma resposta à questão em causa. Assim, é preciso tornar claro—para aqueles que ainda não estão convencidos— que há uma injustiça social envolvida em considerar (3) como uma boa resposta à pergunta “O que é o casamento?”.

Essa é uma caracterização inicial de como o aprimoramento erotético pode ser aplicado a uma questão da forma “O que é x ?”. Agora passemos a detalhes da posição. Deixe-me começar considerando um desafio que muitas vezes é levantado contra projetos de engenharia conceitual, um desafio que diz respeito à suposta dificuldade que esses projetos têm—uma vez postos em prática—de preservar o tópico em discussão, de forma que não haja um desacordo verbal generalizado entre os usuários da língua. Chamarei a esse desafio de *desafio da preservação de tópico*.

Tal desafio é frequentemente introduzido por meio da apresentação de uma objeção levantada por Strawson (1963, p.506) ao projeto de explicação de Carnap (1962):¹⁵

Oferecer explicações formais de termos-chave de teorias científicas para quem busca iluminação filosófica de conceitos essenciais do discurso não-científico, é fazer algo totalmente irrelevante—é um puro mal-entendido, como oferecer um livro de fisiologia a alguém que diz (com um suspiro) que gostaria de entender o funcionamento do coração humano...problemas filosóficos típicos sobre os conceitos usados no discurso não-científico não podem ser resolvidos estabelecendo as regras de conceitos exatos e frutíferos na ciência. Fazer isso não é resolver o problema filosófico típico, mas sim mudar de assunto.

A preocupação de Strawson é legítima. Conforme posta aqui, a questão é que a substituição de conceitos que têm sido o foco do trabalho filosófico por outros mais cientificamente respeitáveis não resolve os problemas com os quais os filósofos se preocupavam originalmente. Temos, simplesmente, uma mudança do assunto. Uma forma de desenvolver o ponto levantado por Strawson é por meio da ideia de *continuidade da investigação*. Cappelen (2018, p.101-2) escreve:

Suponha que alguém tente melhorar o significado de 'crença' ou 'mulher' e, como resultado, mude a extensão da palavra. Agora, suponha que tentemos responder às perguntas que formulamos usando essas palavras pré-melhoramento usando as palavras com novas extensões, ou seja, respondemos com frases como 'mulheres são ...' e 'crença é ...'. A objeção é que as respostas que empregam termos com as novas extensões não respondem às perguntas originais. Essas respostas dizem respeito a algo novo—não ao que estávamos falando originalmente quando usamos as expressões 'mulher' e 'crença'. Temos a ilusão de uma resposta, mas é uma ilusão puramente verbal. Há uma falta de continuidade da investigação: as velhas perguntas não estão sendo respondidas. Estamos respondendo a novas perguntas.

Deixe-me ilustrar o ponto que Cappelen está levantando aqui de forma tal que claramente represente um desafio a projetos de aprimoramento erotético. Considere mais uma vez a questão do que é o casamento. A preocupação é que uma resposta a essa questão em termos de (4)—uma resposta aprimorada—pode ser considerada como não respondendo, de forma alguma, à questão original. A ideia é que, de fato, (4) dá ao termo “casamento” um novo significado. Se for assim, então a pergunta original—o que é o casamento?—não está, de forma alguma, sendo respondida, pois, na velha pergunta, “casamento” tem um significado pré-melhoramento (ou pré-aprimoramento). O que (4) responde é uma pergunta diferente, que usa a palavra “casamento” com seu novo significado. Há, portanto, a ilusão de que a velha questão está sendo respondida, mas

¹⁵ Conforme colocado por Brun (2016, p.1214), “a ideia básica de Carnap é que a explicação é um processo que substitui um conceito inexato (o *explicandum*) por um conceito mais exato (o *explicatum*); esse processo atende a algum propósito teórico e introduz explicitamente o *explicatum* no sistema de conceitos de uma teoria-objetivo”.

trata-se de uma ilusão verbal, conforme colocado por Cappelen. E dado que a velha questão não está sendo respondida, não há continuidade da investigação. A pergunta “O que é o casamento?”, feita uma vez que o aprimoramento erotético tenha sido posto em ação, na verdade introduz uma nova indagação, e um novo tópico ou assunto em discussão.

As respostas ao desafio da preservação de tópico apelam, muitas vezes, à metassemântica, e procuram fornecer posições segundo as quais o conteúdo dos conceitos pode mudar—ou a intensão e extensão das palavras, no caso de Cappelen (2018)—sem que haja uma mudança de tópico, de modo a permitir a continuidade da investigação.¹⁶ Não me engajarei com tais posições, neste texto. Gostaria, ao invés, de enfrentar o desafio em termos da pragmática de perguntas e respostas.

Como apontado anteriormente, fazemos perguntas com certos propósitos em mente. Esses propósitos são o objetivo da investigação do inquisidor. Se meu propósito ao fazer certas perguntas a João é saber o paradeiro de José, então saber o paradeiro de José é o objetivo de minha investigação. Minha sugestão é que o objetivo da investigação permite-nos identificar o tópico em discussão. Mais precisamente, o tópico em discussão deve ser identificado com o que as partes engajadas em uma conversa procuram saber—caso ambas estejam buscando conhecimento—, ou com o que uma das partes procura saber com base no testemunho de outrem. Assim, no presente exemplo, o tópico em discussão entre mim e João é o paradeiro de José.¹⁷

Se assim for, temos, então, uma clara maneira de entender a preservação de tópico: preservar um tópico em discussão é preservar o objetivo da investigação. Agora, é importante notar que os objetivos da investigação, como aqui entendidos, podem ser preservados em casos de aprimoramento erotético. Considere, novamente, o aprimoramento erotético aplicado ao caso do casamento. A resposta melhorada à pergunta “O que é o casamento?”—expressa por (4)—pode ser claramente apresentada dada uma investigação que possui o mesmo objetivo que aquela em que (3) é apresentada como uma resposta à pergunta em causa: ou seja, ambas as investigações podem ter como objetivo a obtenção de conhecimento sobre a natureza de uma categoria social, a

¹⁶ Para diferentes posições sobre o assunto, ver Haslanger (2020b), Ball (2020), e Sawyer (2020).

¹⁷ A posição que defendo aqui é, em diversos aspectos, semelhante àquela apresentada por Roberts (2012), sob o título de *Questions Under Discussion*, ou, simplesmente, QUD. Assim como Roberts, tomarei como modelo casos em que as partes envolvidas em uma conversa aceitam ou reconhecem um dado objetivo de investigação. Abaixo, discutirei casos em que as partes envolvidas em uma conversa possuem objetivos de investigação distintos, sem percebê-lo. Neste artigo, não discutirei casos em que uma das partes rejeita o objetivo da investigação de outra parte. Tais casos apresentam desafios com os quais não terei espaço para lidar aqui.

categoria do casamento. Assim, ambas as investigações podem ter como tópico em discussão a natureza social do casamento. Da mesma forma, a resposta melhorada proposta por Haslanger à questão do que é a mulher pode ser apresentada a partir de uma investigação que tem o mesmo objetivo de uma em que uma resposta pré-aprimoramento é fornecida: ambas as investigações podem ter como objetivo a obtenção de conhecimento acerca do que a mulher é. Assim, ambas as investigações podem ter como tema em discussão o que a mulher é.

Mas isso ainda não nos livra completamente do problema da preservação de tópico. Por vezes, as partes envolvidas em discussões veem a si próprias como compartilhando um objetivo de investigação—e, portanto, como discutindo o mesmo tópico—quando, na verdade, não o estão fazendo. Isso certamente pode também ocorrer quando o aprimoramento erotético é posto em prática. Deixe-me ilustrar a ideia considerando a definição aprimorada de Haslanger (2000, p.44) para o conceito de raça:

Um grupo é racializado se e somente se seus membros são socialmente posicionados como subordinados ou privilegiados em alguma dimensão (econômica, política, legal, social, etc.), e o grupo é “marcado” como alvo para este tratamento por características corporais observadas ou imaginadas presumidas como sendo evidência de vínculos ancestrais com uma determinada região geográfica.

Agora imagine que, após ler o trabalho de Haslanger, Liana esteja convencida de que essa é a maneira certa de se pensar sobre raças. Ela discute a questão com Marcela, cuja investigação visa descobrir o que raças são se biologicamente entendidas, e somente assim entendidas. Marcela imediatamente rejeita a posição fornecida por Haslanger. Mas imagine que, ao fazê-lo, ela ignore o objetivo da investigação de Liana, que é descobrir o que raças são se socialmente entendidas, e somente assim entendidas. Apesar das aparências em contrário—pois, se perguntadas sobre o que estão falando, Liana e Marcela diriam que estão falando sobre o que raças são—as investigações de Liana e Marcela possuem objetivos distintos. Portanto, não há um único tópico em discussão. Ou seja, dito de outra forma, a conversa aqui sofre de uma descontinuidade de tópico.

Como podemos evitar que disputas desse tipo ocorram depois que o aprimoramento erotético for posto em prática? Certamente, há uma tentação neste ponto de introduzir conceitos em nosso arcabouço teórico—poder-se-ia dizer, por exemplo, que é preciso garantir que o aprimoramento erotético preserve o conteúdo dos conceitos. Mas aqui resistirei a essa tentação, pois não precisamos bloquear a possibilidade de que o aprimoramento erotético leve à descontinuidade de tópico. Afinal, a descontinuidade de tópico é um fenômeno comum na

linguagem. Se mudarmos um pouco o caso envolvendo a conversa entre mim e João, podemos dar um exemplo cotidiano de descontinuidade de tópico, um caso que não envolve aprimoramento erotético. Posso perguntar a João onde José está, tendo como objetivo descobrir sua localização na cidade de São Paulo. João pode responder que não tem certeza, mas que acha que, ou bem José está em São Paulo, ou bem José está em Salvador, e que tentará descobrir exatamente onde ele está. Claro, João e eu diferimos em nossos objetivos de investigação, aqui. O objetivo da investigação de João é descobrir em que cidade está José. Mas isso eu já sei: José está em São Paulo. Meu objetivo é descobrir onde ele está na cidade em que está—São Paulo. Portanto, não há um único tópico em discussão. Ainda assim, tanto eu quanto João podemos erroneamente pensar que nossa conversa tem um único tópico, ainda que essa confusão tenha vida curta.

Mal-entendidos como esse são muito comuns, e não há necessidade de evitar que ocorram. O que precisamos são maneiras de identificar e dissipar mal-entendidos—tenham esses origem na descontinuidade de tópico, ou não. Agora, nos campos da engenharia conceitual e da metafilosofia, maneiras de identificar e dissipar mal-entendidos relacionados ao significado linguístico já foram discutidos. Chalmers (2011), por exemplo, apresenta um método para identificar mal-entendidos dessa natureza—disputas verbais—, que podem surgir quando as partes tentam responder a perguntas da forma “O que é x ?”.¹⁸ Ele chama tal método de “gambito da subscrição” (*subscript gambit*), e o apresenta da seguinte forma:

Suponha que duas partes estejam discutindo sobre a resposta para “O que é X ?”. Um diz ‘ X é tal e tal’, enquanto a outra diz ‘ X é assim e assado’. Para aplicar o gambito da subscrição, barramos o termo X e introduzimos dois novos termos, X_1 e X_2 , que são estipulados como equivalentes aos dois lados direitos. Podemos então perguntar: as partes têm desacordos não-verbais envolvendo X_1 e X_2 , de um tipo tal que a resolução desses desacordos resolverá, pelo menos parcialmente, a disputa original? Se sim, então a disputa original não é verbal e a divergência residual pode servir como o foco de uma disputa esclarecida. Se não, isso sugere que a disputa original foi verbal[...] (CHALMERS, 2011, p.532).

O gambito da subscrição de Chalmers é, certamente, um bom método para identificar disputas verbais que surgem quando as partes envolvidas respondem a perguntas da forma “O que é x ?” e, possivelmente sem sabê-lo, atribuem significados diferentes ao termo x . Assim, conforme ilustrado pelo próprio Chalmers, uma disputa filosófica sobre como responder a uma pergunta como “O que é liberdade?” pode ser simplesmente verbal. Suponha que uma parte diz que “liberdade é tal e tal”,

¹⁸ Para um método semelhante aplicado a discussões no campo da engenharia conceitual, consulte Sawyer (2020).

enquanto a outra parte diz que "liberdade é assim e assado". Será a disputa entre as partes verbal? Isso pode ser descoberto pelo uso do gambito da subscrição. Proibimos o termo "liberdade" e, em vez disso, usamos os termos "liberdade₁" e "liberdade₂". Esses termos são estipulados de forma a tomarem como seus significados os dois lados direitos das respostas anteriormente dadas à questão em causa. Em seguida, avaliamos se as partes têm desacordos não-verbais envolvendo liberdade₁ e liberdade₂. Em caso afirmativo, a disputa original era não-verbal, e está agora esclarecida. Em caso negativo, isso sugere que a disputa era verbal desde o início.

Agora, tendo em mente o aprimoramento erotético, o que sugiro é que mal-entendidos podem surgir em um estágio anterior, quando, ao fazer perguntas da forma "O que é x ?", as partes envolvidas na conversação—que pode ou não ser uma disputa—possuem objetivos diferentes de investigação. Mas como podemos identificar esses diferentes objetivos? Uma maneira de fazê-lo é propor, simplesmente, que, por terem diferentes objetivos de investigação, as partes podem ser consideradas como tendo diferentes questões em mente. Essas questões podem então ser trazidas à tona e distinguidas, de modo a deixar claro que os objetivos da investigação de fato diferem. Claro, podemos assim proceder não apenas no que tange a perguntas da forma "O que é x ?" — que são o foco do aprimoramento erotético—, mas no que tange a perguntas em geral. Veja, por exemplo, o caso acima, em que João e eu estamos interessados em descobrir onde José está, mas em que temos distintas questões em mente. (Q1) abaixo captura o que eu tenho em mente quando questiono sobre o paradeiro de José, e (Q2) captura o que João tem em mente:

(Q1) Onde está José na cidade de São Paulo?

(Q2) Em que cidade está José, São Paulo ou Salvador?

Uma vez que distingamos as questões dessa maneira, torna-se claro que as partes têm objetivos diferentes em suas investigações e que, de fato, não há um único tópico em discussão. Caso acreditássemos que estávamos falando sobre a mesma coisa—no sentido de haver um único tópico em discussão—, João e eu estaríamos envolvidos em um mal-entendido linguístico, um mal-entendido que poderia ser remediado a partir da distinção feita em (Q1) e (Q2).

Vejamos como a ideia pode ser aplicada em um caso de aprimoramento erotético. No caso apresentado acima, Liana e Marcela estão envolvidas em uma disputa sobre o que raças são. Liana está convencida que a definição do conceito de raça fornecida por Haslanger é correta. Marcela

nega tal definição. Contudo, embora ambas estejam interessadas em descobrir o que raças são, o objetivo de Liana é descobrir o que raças são se entendidas socialmente, e somente assim entendidas, enquanto o objetivo de Marcela é descobrir o que raças são se biologicamente entendidas, e só assim entendidas. Assim, Liana e Marcela podem ser consideradas como tendo diferentes questões em mente, a saber:

(Q3) O que são raças, socialmente falando?

(Q4) O que são raças, biologicamente falando?

Novamente, uma vez distinguidas as questões dessa maneira, fica claro que Liana e Marcela possuem objetivos diferentes em suas investigações, e que não há um único tópico em discussão. Por acreditarem que estavam falando sobre a mesma coisa, elas estiveram envolvidas em um mal-entendido. A proposta aqui é esse mal-entendido pode ser remediado uma vez que façamos a distinção entre (Q3) e (Q4), abrindo caminho para uma disputa mais frutífera. Claro, Marcela pode não ser convencida pela definição de Haslanger, mesmo que agora compartilhe o objetivo de Liana de descobrir o que raças são se socialmente compreendidas, e Liana pode pensar que (Q4) não é uma boa pergunta, pois ela pode pensar que há não tal coisa como raças em um sentido biológico.¹⁹ Seja como for, a disputa entre elas não mais será baseada em um mal-entendido.

Devemos, portanto, concluir que, embora haja um risco de descontinuidade de tópico à medida que o aprimoramento erotético é colocado em prática—um risco que, de fato, está presente dada qualquer interação linguística, pois as partes envolvidas na interação podem ter diferentes objetivos de investigação—, o importante é que existam maneiras de identificar descontinuidades desse tipo, caso ocorram. Aqui, fiz uma sugestão de uma maneira de fazê-lo, com base em questões distintas que os sujeitos podem ter em mente. Outras maneiras podem estar disponíveis. Minimizar as consequências da descontinuidade de tópico, identificando-a caso ocorra, é necessário para que possamos aplicar o aprimoramento erotético com sucesso.

4 O Quadro Austero de Cappelen

Os leitores familiarizados com a literatura sobre engenharia conceitual terão notado que o aprimoramento erotético está, até certo ponto, de acordo com o Quadro Austero (*Austerity*

¹⁹ Ao assim pensar, Liana estaria de acordo com Appiah (1993, 1996).

Framework), posição defendida por Cappelen (2018), na medida em que ambas as posições discutem questões de aprimoramento sem introduzir conceitos em seu arcabouço teórico. Nesta última seção, compararei brevemente as duas visões, enfatizando que o aprimoramento erotético não sofre de um resultado indesejável da visão de Cappelen, a saber, que a perspectiva de projetos de aprimoramento ou melhoria serem implementados com sucesso não é das melhores.

De acordo com o Quadro Austero de Cappelen, a melhoria (ou engenharia) opera no significado das expressões linguísticas; mais especificamente, opera nas intensões e extensões das expressões linguísticas (Cappelen, 2018, p.61). Assim, enquanto alguns consideram que a engenharia, tal como entendida nessa área, trata da avaliação e melhoria de conceitos, Cappelen a toma como tratando, fundamentalmente, da avaliação e alteração, caso necessário, da intensão e extensão de uma expressão linguística, tal como “casamento”.

O Quadro Austero adota uma visão sobre intensões e extensões de expressões que é amplamente aceita. As intensões são entendidas em termos de uma função de circunstâncias de avaliação (mundo, ou pares mundo/tempo) para extensões, em que as últimas são entendidas em termos das coisas no mundo que a expressão seleciona em cada circunstância. Além disso, Cappelen adota o externismo semântico enquanto metassemântica—enquanto uma teoria que explica por que as expressões linguísticas têm os significados que têm. Assim, as intensões e extensões de expressões linguísticas são consideradas como parcialmente determinadas por aspectos do ambiente externo, sendo que, como colocado por Cappelen, “os elementos relevantes do ambiente externo incluem especialistas na comunidade, a história de uso retornando até à introdução de um termo, padrões complexos de uso ao longo tempo, e como o mundo é (independentemente de como os falantes acreditem que o mundo é)” (CAPPELEN, 2018, p.63).

Se assim for, como a melhoria deve ser posta em ação? Bem, o externismo semântico certamente permite mudanças no que diz respeito à intensão e extensão de uma expressão. Mudanças desse tipo podem ocorrer de diferentes maneiras. Por exemplo, especialistas podem começar a usar um termo *T* em seu campo de atuação de uma maneira diferente, e isso pode levar a uma mudança na intensão e extensão de *T*. Mas, para Cappelen, isso é certamente uma simplificação, pois os mecanismos subjacentes à mudança no significado de uma expressão são, de fato, “muito complexos, confusos, não-sistemáticos, amorfos e instáveis para serem completamente apreendidos ou compreendidos” (CAPPELEN, 2018, p.72). O problema não é apenas epistêmico, pois temos pouco controle sobre os mecanismos aqui em causa. Mesmo que

fossem devidamente compreendidos, isso não significaria que seríamos capazes de controlar o processo de mudança de significado. No entanto, nada disso significa, é claro, que não possamos tentar mudar e melhorar as intensões e extensões das expressões linguísticas. Para Cappelen, devemos, sim, continuar tentando. Se esses projetos terão sucesso, contudo, é algo que não pode ser previsto.

Conforme colocado por Nado (2020, p.7), as implicações do Quadro Austero “para a nossa capacidade de realmente fazer engenharia são, com certeza, deprimentes”. Afinal, os mecanismos de mudança de significado são amplamente desconhecidos, de modo que não há muito a se fazer para interferir positivamente neles. Isso não significa, é claro, que a visão seja um fracasso. Significa apenas que tem um resultado indesejável—pelo menos para aqueles que esperam construir uma sociedade mais justa com a ajuda (não importa quão pequena) da engenharia conceitual ou aprimoramento.

Já o aprimoramento erotético possui uma perspectiva menos pessimista quando se trata do sucesso de seus projetos. Lembre-se que o aprimoramento erotético trata da avaliação e eventual busca por melhoria de nossas respostas a questões da forma “O que é x ?”. Os mecanismos subjacentes a melhorias desse tipo são muito menos misteriosos do que os envolvidos na mudança da intensão e extensão das expressões linguísticas, dado o externismo semântico. Estamos dispostos a dar certas respostas a perguntas da forma “O que é x ?”. Contudo, talvez essas respostas não funcionem mais; talvez não mais sejam boas respostas (ou talvez jamais o tenham sido). Podem promover a injustiça social, por exemplo. Ao colocar o aprimoramento erotético em ação, melhores respostas são propostas. Essas respostas são melhores porque—tendo a justiça social em mente, por exemplo—melhor revelam a natureza das categorias em causa. Em seguida, temos a fase de implementação. Essas respostas melhoradas são apresentadas de modo a serem fornecidas em contextos de conversação no mundo real.

Claro, se estaremos dispostos a dar essas respostas nos contextos em que se propõe que sejam dadas não é uma questão simples. Mas os mecanismos em jogo aqui não são semânticos, mas sim epistêmicos/psicológicos, e não são particularmente misteriosos. Mudar as respostas que as pessoas estão dispostas a dar a certas perguntas requer, no caso típico, convencê-las que as presentes respostas não mais são boas, ou mesmo que jamais o tenham sido. Sem dúvida, as pessoas podem se recusar a alterar o rumo de suas respostas. Podem não estar convencidas, devido à ideologia, ou preconceito. Ou então, podem mesmo ser convencidas de que deveriam alterar suas

respostas, estar dispostas a fazê-lo, mas, de fato, não chegarem a tal ponto, dado que as velhas respostas ainda são dominantes em sua comunidade, e que novas respostas não são bem-vindas. Todas essas questões são interessantes—e imensamente importantes—, e precisam ser discutidas tanto na literatura especializada quanto em fóruns públicos. Mas, novamente, os mecanismos em jogo aqui não são particularmente misteriosos. O que leva as pessoas a alterarem suas respostas a perguntas da forma "O que é x ?", ou a deixar de fazê-lo, está a pleno alcance de nossa compreensão.

Ao contrário do Quadro da Austeridade, isso significa que, de fato, sabemos como colocar o aprimoramento erotético em prática: devemos operar em pelo menos alguns dos mecanismos conhecidos por estarem subjacentes às disposições das pessoas para darem certas respostas. Dado que o convencimento é um importante fator para provocar mudanças nessas disposições, convencer as pessoas de que as respostas propostas pelo aprimoramento erotético são de fato melhores do que as anteriores é uma parte importante do estágio de implementação de tais projetos. Certamente, não temos completo controle sobre o resultado final dessas tentativas. No entanto, podemos prever que as propostas segundo as quais as pessoas devem mudar suas respostas em relação a uma pergunta da forma "O que é x ?" podem ser de mais fácil implementação em certos contextos do que em outros. Assim, pode ser mais fácil levar as pessoas a alterarem suas respostas a uma pergunta como "O que é raça?" em certos contextos institucionais e políticos, por exemplo, do que em contextos cotidianos. Isso não significa, porém, que uma mudança mais abrangente esteja fora do alcance.

Deixe-me considerar uma última objeção. Ao mudar as nossas respostas a perguntas da forma "O que é x ?", não estamos mudando o significado dos termos, sua intensão e extensão? Por exemplo, ao propor (4) como a melhor resposta à questão do que é o casamento, e supondo que a proposta seja aceita por um número suficientemente grande de pessoas, não estamos mudando o significado do termo "casamento"? Permanecendo o mais neutro possível em questões acerca do significado de expressões linguísticas, podemos dizer que o aprimoramento erotético, se bem-sucedido, pode de fato levar a uma mudança no significado de certas expressões—no presente exemplo, a extensão de "casamento" certamente mudaria. Mas isso não significa que o aprimoramento deva ser entendido como operando em significados de expressões. A mudança nos significados das expressões pode ser uma consequência do aprimoramento erotético. Como sugerido por Cappelen, dado o externismo semântico, há uma série de fatores em ação na produção

da mudança de significados. A mudança de nossas respostas a perguntas da forma “O que é x ?” pode ser considerado como sendo um desses fatores.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentei a posição a que chamo de *aprimoramento erotético*, segundo a qual devemos buscar avaliar e, eventualmente, aprimorar nossas respostas a perguntas da forma “O que é x ?”. Argumentei que a posição tem sucesso em lidar com o desafio da preservação de tópico—que, compreensivelmente, preocupa pessoas engajadas em projetos de engenharia conceitual—, e que possui vantagens em relação ao Quadro Austero de Cappelen (2018), uma posição com a qual compartilha uma rejeição de um aparato teórico que faça apelo a conceitos. Naturalmente, ainda há muito a ser dito. O aprimoramento erotético seria enriquecido por uma semântica para questões. Também é preciso melhor entender, para uma dada pergunta da forma “O que é x ?”, que respostas a ela podem ser consideradas verdadeiras. E, claro, é preciso que investiguemos que estratégias podem ter sucesso quando se trata da implementação de projetos de aprimoramento erotético. Deixo tais questões para um tratamento futuro.²⁰

Referências

- ABATH, A.J. Incomplete understanding of concepts and knowing in part what something is. **Principia**, v.24, n.3, p. 419–431, 2020.
- APPIAH, K. A. **In my father’s house**. New York: Oxford University Press, 1993.
- APPIAH, K. A. Race, culture, identity: Misunderstood connections. In: K. A. Appiah & A. Gutmann (Orgs.), **Color conscious: The political morality of race**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 30–105.
- BAKER, L.R. Just what is social ontology? **Journal of Social Ontology**, v.5, n.1, p.1-12, 2019.
- BALL, D. Revisionary analysis without meaning change (or, could women be analytically oppressed?). In: A. Burgess, H. Cappelen & D. Plunkett (Orgs.), **Conceptual engineering and conceptual ethics**. New York: Oxford University Press, p.36-58, 2020.
- BRUN, G. Explication as a method of conceptual re-engineering. **Erkenntnis**, v.81, n.6, p.1211-1241, 2016.

²⁰ Gostaria de agradecer a alunas e alunos do curso de pós-graduação intitulado *Filosofia e Psicologia dos Conceitos*—ministrado em 2020, em formato remoto, no PPG-Filosofia da UFMG—, cujo retorno foi fundamental para a formulação das ideias apresentadas neste artigo. Agradeço especialmente a Veronica Campos, Samuel Maia e Vitor Somavilla pela leitura do texto e sugestões diversas.

- BURGE, T. Individualism and the mental. **Midwest Studies in Philosophy**, v.4, n.1, p.73–121, 1979.
- BURGESS, A. & PLUNKETT, D. Conceptual ethics I. **Philosophy Compass**, v.8, n.12, p.1091–101, 2013a.
- BURGESS, A. & PLUNKETT, D. Conceptual ethics II. **Philosophy Compass**, v.8, n. 12, p.1102–10, 2013b.
- BURGESS, A. & PLUNKETT, D. On the relation between conceptual engineering and conceptual ethics. **Ratio**, 33, v.33, n.4, p.281-294, 2020.
- CAPPELEN, H. **Fixing language: An essay on conceptual engineering**. New York: Oxford University Press, 2018.
- CARNAP, R. **Logical foundations of probability** (2nd ed.). Chicago/London: University of Chicago Press: Routledge and Kegan Paul, 1962.
- CHALMERS, D. Verbal disputes. **Philosophical Review**, v.120, n.4, p. 515–66, 2011.
- CHALMERS, D. What is conceptual engineering and what should it be? **Inquiry**, 2020. DOI: 10.1080/0020174X.2020.1817141.
- DIÁZ-LEON, E. Descriptive vs ameliorative projects: The role of normative considerations. *In*: A. Burgess, H. Cappelen & D. Plunkett (Orgs.), **Conceptual engineering and conceptual ethics**. New York: Oxford University Press, pp. 170-86, 2020.
- DUMMETT, M. **The seas of language**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- EKLUND, M. **Choosing normative concepts**. New York: Oxford University Press, 2017.
- FODOR, J. **Concepts: Where cognitive science went wrong**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- GINZBURG, J. Resolving questions: I. **Linguistics and Philosophy**, v.18, n.5, p. 459–527, 1995
- HASLANGER, S. Gender and race: (What) are they? (What) do we want them to be? **Noûs**, v.34, n.1, p.31–55, 2000.
- HASLANGER, S. What good are our intuitions? **Aristotelian Society Supplementary Volume**, v.80, n. 1, p. 89-118, 2006.
- HASLANGER, S. **Resisting reality: Social construction and social critique**. New York: Oxford University Press, 2012.
- HASLANGER, S. Going on, not in the same way. *In*: A. Burgess, H. Cappelen & D. Plunkett (Orgs.), **Conceptual engineering and conceptual ethics**. New York: Oxford University Press, p. 230-260, 2020a.
- HASLANGER, S. How not to change the subject. *In*: T. Marques & Å. Wikforss (Orgs.), **Shifting concepts: The philosophy and psychology of conceptual variability**, p.235-259, 2020b.
- ISAAC, M. G. How to conceptually engineer conceptual engineering? **Inquiry**, 2020. DOI: 10.1080/0020174X.2020.1719881.

- JOHNSTON, M. & LESLIE, S.J. Concepts, analysis, generics and the Canberra plan. **Philosophical Perspectives**, v.26, n.1, p.113–171, 2012.
- KOFF, S. Engineering what? On concepts in conceptual engineering. **Synthese**, 2020. DOI: 10.1007/s11229-020-02868-w.
- KRIPKE, S. **Naming and necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- LAURENCE, S. & MARGOLIS, E. Margolis. Concepts and cognitive science. *In*: E. Margolis & S. Laurence (Orgs.), **Concepts: Core readings**. Cambridge, MA: MIT Press, p.3-81, 1999.
- MACHERY, E. **Doing without concepts**. New York: Oxford University Press, 2009.
- MILLIKAN, R.G. **On clear and confused ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NADO, J. Taking control: Conceptual engineering without (much) metasemantics. **Inquiry**, 2020. DOI: 10.1080/0020174X.2020.1850342.
- PARENT, T. Knowing-wh and embedded questions. **Philosophy Compass**, v.9, n.2 81–95, 2014.
- PEACOCKE, C. **A study of concepts**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- PUTNAM, H. The meaning of “meaning”. *In*: H. Putnam, **Philosophical papers, vol. 2: Mind, language, and reality**. Cambridge: Cambridge University Press, p.131-193, 1975.
- ROBERTS, C. Information structure in discourse: Towards an integrated formal theory of pragmatics. **Semantics & Pragmatics**, v.5, n.6: 1–69, 2012.
- SAUL, J. Gender and race. **Aristotelian Society Supplementary Volume**, v.80, n. 1, p. 119–143, 2006.
- SAWYER, S. Talk and thought. *In*: A. Burgess, H. Cappelen & D. Plunkett (Orgs.), **Conceptual engineering and conceptual ethics**. New York: Oxford University Press, pp. 170-86, 2020.
- SCHARP, K. 2013. **Replacing Truth**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- SCHARP, K. Philosophy as the study of defective concepts. *In*: A. Burgess, H. Cappelen and D. Plunkett (Orgs.), **Conceptual engineering and conceptual ethics**. New York: Oxford University Press, pp. 396-416, 2020.
- SCHROETER, L. & SCHROETER, F. Rationalizing self-interpretation. *In*: C. Daly (Org.), **The Palgrave Handbook of Philosophical Methods**. New York: Palgrave Macmillan, p.419-447, 2015.
- STRAWSON, P. F. Carnap’s views on conceptual systems versus natural languages in analytic philosophy. *In*: P. A. Schilpp (Org.), **The philosophy of rudolf carnap**. Chicago: Open Court, 503–18, 1963.
- ZALTA, E. Fregean senses, modes of presentation, and concepts. **Philosophical Perspectives**, v.35, n.15, p.335–359, 2001.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

André J. Abath produziu o texto completo.

O autor aprova a versão final para publicação

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.